



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

A formação do Estado-nação japonês e suas consequências

Luiz Junji Caram Ogoshi

Foz do Iguaçu
2021

A formação do Estado-nação japonês e suas consequências

Luiz Junji Caram Ogoshi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração

Orientador: Suellen Mayara Peres de Oliveira

LUIZ JUNJI CARAM OGOSHI

A FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO JAPONÊS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Suellen Mayara Peres De Oliveira
UNILA

Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA

Prof. Dra. Patricia Nakayama
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Luiz Junji Caram Ogoshi

Curso: Relações Internacionais e Integração

| | | Tipo de Documento |
|------------------------|---|-------------------|
| (.....) graduação | (.....) artigo | |
| (.....) especialização | (...x..) trabalho de conclusão de curso | |
| (.....) mestrado | (.....) monografia | |
| (.....) doutorado | (.....) dissertação | |
| | (.....) tese | |
| | (.....) CD/DVD – obras audiovisuais | |
| | (.....) _____ | |

Título do trabalho acadêmico: A formação do Estado-Nação japonês e suas consequências

Nome do orientador(a): Suellen Mayara Peres De Oliveira

Data da Defesa: 06/10/2021

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus familiares, que com muito amor e paciência me ajudaram na trajetória dentro desta universidade. Aos meus pais, Simone e Koji, aos meus irmãos, Yoshio e Tadao, que me propiciaram conselhos e momentos alegres durante essa jornada.

Agradeço também à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) por ter me dado essa oportunidade de estudar em uma instituição com características internacionais e interdisciplinar.

Gostaria de agradecer a todos os professores que me apoiaram e me ajudaram durante esse período.

Em especial, gostaria de agradecer a minha professora orientadora Suellen de Oliveira, que teve a paciência e os melhores conselhos, não só para o meio acadêmico, mas também para a vida.

Obrigado também ao meu amigo Felipe Chang, que esteve comigo desde o começo do curso, dividindo os momentos de alegria e angústia.

Agradeço também a todos os meus colegas e amigos que estiveram presentes nessa etapa intensa e confusa da vida que foi a graduação.

Gostaria de agradecer também a Veronica, por ter me apoiado carinhosamente durante esta etapa da vida.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a formação do Estado-nação japonês. O estudo dos eventos históricos do período Tokugawa, e também do período Meiji que levaram os japoneses a emigrar, assim como as características desse processo migratório foram de grande importância para o desenvolvimento do Estado Japão moderno. A metodologia do trabalho foi feita por meio de pesquisa bibliográfica, analisando os fatos históricos e os dados. Os fluxos migratórios japoneses em análise foram em grande medida relacionados a períodos de crise socioeconômica.

Palavras-chave: Meiji; Tokugawa; Imigração japonesa; Japão

RESUMEN

El presente trabajo busca analizar la formación del estado-nación japonés. El estudio de los acontecimientos históricos del período Tokugawa, y también del período Meiji que llevó a los japoneses a emigrar, así como las características de este proceso migratorio, fueron de gran importancia para el desarrollo del estado japonés moderno. La metodología de trabajo se realizó a través de la investigación bibliográfica, analizando hechos y datos históricos. Los flujos migratorios japoneses bajo análisis se relacionaron en gran medida con períodos de crisis socioeconómica.

Palabras clave: Meiji; Tokugawa; Inmigración japonesa; Japón

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the formation of the Japanese nation-state. The study of the historical events of the Tokugawa period, and also of the Meiji period that led the Japanese to emigrate, as well as the characteristics of this immigration process, were of great importance for the development of the modern Japanese state. The work methodology was done through bibliographical research, analyzing historical facts and data. The Japanese migration flows under analysis were largely related to periods of socioeconomic crisis.

Key words: Meiji; Tokugawa; Japanese immigration; Japan

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Emigrantes japoneses divididos por destino entre os anos de 1885 a 1924..... | 22 |
| Tabela 2 - Imigração japonesa ao Brasil dividida por período..... | 26 |
| Tabela 3 - Maiores contingentes de estrangeiros residentes no Japão, por sexo, segundo país de origem de 1995 – 2000..... | 37 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1 ABERTURA COMERCIAL E MODERNIZAÇÃO..... | 10 |
| 1.1 ABERTURA COMERCIAL..... | 11 |
| 1.2 RESTAURAÇÃO MEIJI..... | 15 |
| 2 IMIGRAÇÃO JAPONESA..... | 21 |
| 2.1 IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA A AMÉRICA DO NORTE..... | 23 |
| 2.2 IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMÉRICA LATINA..... | 24 |
| 2.2.1 INICIO DOS DEBATES SOBRE A INSERÇÃO DE JAPONESES NO BRASIL..... | 25 |
| 2.2.2 PRIMEIRO FLUXO MIGRATÓRIO..... | 26 |
| 2.2.3 SEGUNDO FLUXO MIGRATÓRIO..... | 28 |
| 2.2.4 TERCEIRO FLUXO MIGRATÓRIO..... | 29 |
| 3 A MIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, OS CONFLITOS DE RAÇA E A HERANÇA CULTURAL..... | 31 |
| 3.1 A HERANÇA CULTURAL JAPONESA NO BRASIL..... | 33 |
| 3.2 A INVERSÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO ENTRE BRASIL E JAPÃO.. | 35 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 38 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 39 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou empregar o método qualitativo, pois tratou de ser uma pesquisa bibliográfica com intuito de esclarecer os eventos históricos que levaram aos japoneses a migrar.

As questões migratórias para a área de relações internacionais sempre se mostraram de grande relevância, no entanto as migrações japonesas dentro do estudo de Relações Internacionais se mostraram pouco analisadas. Neste sentido, o presente trabalho busca analisar a formação do Estado-nação japonês, e subsequentemente os fluxos migratórios japoneses, dando um foco maior para os fluxos entre o Brasil e o Japão. Dessa forma, este trabalho se propõe a analisar as causas que levaram os japoneses a imigrar, as características dessa imigração e também as consequências da imigração japonesa para o Brasil.

A formação do Estado-Nação japonês ocorre em um período conturbado por insegurança da população e também de um governo fragilizado por sua própria administração. Dessa forma, com a pressão exercida pelas potências ocidentais no governo, o mesmo se vê despreparado para assegurar a soberania nacional.

[...] em muitas partes do mundo, os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes de sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos[...] (HOBBSAWM, 1990, p. 63).

No caso japonês, como será demonstrado no texto, o principal sentimento de vínculo coletivo, se deu pela inabilidade do governo de repelir as potências estrangeiras, e dessa forma a necessidade de uma nova estrutura administrativa.

Os nipo-brasileiros em suas convivências com brasileiros de outras ascendências provavelmente já foram perguntados sobre a nacionalidade, qual era a origem do nome, se já havia visitado o Japão, se sabia falar japonês e sobre os hábitos alimentares em casa. Essas perguntas levaram ao questionamento sobre o porquê desta diferenciação entre nipo-brasileiros e brasileiros de outras ascendências. Por que os japoneses saíram de seu país natal? Por que as gerações mais antigas de nipo-brasileiros relatam que foi um período sofrido? Dessa forma, esse trabalho busca esclarecer o processo de formação do Estado japonês, assim como a migração japonesa.

No primeiro capítulo será exposto os diversos eventos que levaram o Japão a sair de uma política de isolacionismo em relação ao mundo exterior e posteriormente a se modernizar, também a incentivar a migração de japoneses para o exterior, algo que até então em sua história não era visto de forma positiva, pois as influências estrangeiras eram percebidas como tópicos que poderiam afetar a soberania e a sociedade japonesa.

No segundo capítulo será demonstrado como foi o processo dos fluxos migratórios japoneses desde a sua abertura comercial e sua modernização até os fluxos migratórios direcionados a América do norte e posteriormente, ao Brasil.

No terceiro capítulo será apresentado uma breve análise da herança cultural japonesa no Brasil e também do fluxo migratório que se inverteu, fazendo com que os descendentes dos imigrantes japoneses que se estabeleceram no Brasil migrassem para o Japão em busca de trabalho e melhores condições de vida.

1 ABERTURA COMERCIAL E MODERNIZAÇÃO

O período do xogunato Tokugawa foi em contraposição com os períodos anteriores do Japão, um período de paz, e dessa forma, trouxe a possibilidade de diversas reformas devido a estabilidade interna do país.

[...] a relativa paz permitiu um aumento da produtividade agrícola, do desenvolvimento comercial e cultural. Estabeleceu-se um sistema monetário e burocrático relativamente unificado, pois os senhores feudais ainda possuíam uma certa autonomia fiscal, administrativa e judicial em seus territórios. Esse sistema centralizado instituído ganhou o nome de *bakuhhan* (*Bakufu* mais *han* = feudos). O direito consuetudinário definia o *status* e os privilégios, mantendo uma estrutura social rígida e hierarquizada. A burocracia estatal foi substituída por uma aristocracia militar, moldada nos preceitos confucionistas, com o intuito de desvinculá-la das atividades belicosas dos séculos precedentes e manter a pacificação. Esse *Estado Híbrido*³⁷, composto de laços feudais e meios burocráticos, manteve-se por 264 anos. (RIBEIRO, 2017, p. 22-23)

O xogunato Tokugawa tinha como uma de suas principais características a estratificação social congelada. Segundo RIBEIRO (2017) a divisão social hierárquica instaurada no Japão foi baseada no modelo chinês, e ficou conhecido como *shinokosho*. KIKUCHI (2012) aprofunda a explicação sobre as classes, dizendo que existiam quatro classes principais, *shi* (refere-se a *bushi*, que para além dos guerreiros samurais, incluía também sacerdotes, monges, alto clero, nobres e a família imperial), “*nô* (de *nômin*, camponeses), *kô* (de *shukô*, artesãos) e *shô* (de *shônin*, comerciantes)” (KIKUCHI, 2012, p. 74). Para além dessas classes sociais, RIBEIRO (2017) ainda cita outras classes, como os *kuge* (artistas) e classes que eram consideradas muito inferiores por fazer trabalhos indesejados como os *etas* ou *burakumin* (chamados de povo da aldeia e eram encarregados de serviços como preparo de cadáveres para os funerais e limpar os animais) e os *hinin* (chamados de não-pessoas e normalmente eram associados a pedintes). Dessa forma existia limitações para as atribuições, comportamentos, vestimentas e funções as quais cada classe poderia exercer. Os camponeses tinham como principal função o manejo da terra e estavam atrelados a ela, não podendo trocar de local. Os comerciantes não tinham o direito de se envolver em atividades agrícolas. Os samurais (guerreiros, integrantes da classe *bushi*) era a única classe com o direito de portar armas, no entanto não poderiam se envolver com o comércio ou atividades agrícolas.

Desde o século XVI o Japão já tinha contato com países ocidentais, comercializava com portugueses, ingleses, espanhóis e holandeses.

Com os últimos possuía mais vínculos, de forma que estudos sistemáticos, chamados *rangaku* (estudos holandeses/ocidentais) foram desenvolvidos. (RIBEIRO, 2017, p. 26)

O Japão durante o xogunato Tokugawa teve instituída a política externa que ficou conhecida como *Sakoku* (termo em japonês que significa “país fechado”). Tal política teve como principal motivação o controle e a contenção da disseminação do cristianismo, e foi implementada durante o xogunato (ou *Bakufu*) de Tokugawa Iemitsu, o qual por meio de diversos decretos entre os anos de 1633 e 1639 instituiu que apenas alguns países seletos (China, Coréia e Países Baixos) podiam comercializar com o Japão em regiões controladas e vigiadas, também era altamente restrito a saída e o retorno de japoneses e estrangeiros (JANSEN, 2002).

Sendo assim, o Japão não se fechou completamente, apenas garantiu um distanciamento necessário para remover todas as pressões externas que estava sofrendo. Apesar do *sakoku*, o isolamento não significou imobilismo, não se deve imaginar a sociedade da Era Edo como imóvel e petrificada no tempo. Como já foi exposto, nesse período o Japão tinha mecanismos financeiros integrados, um comércio desenvolvido e um grande número de habitantes. O nível de alfabetização e instrução nipônica era notável, a maioria da população já possuía o conhecimento das letras em meados do século XIX. (RIBEIRO, 2017, p. 28-29)

A política externa isolacionista japonesa somente encontraria o seu fim em 1853, mais de duzentos anos depois, com a chegada dos navios de guerra estadunidenses comandados pelo comodoro Matthew Calbraith Perry. Este período transitório entre o Edo e a era Meiji ficou conhecido como *Bakumatsu*, que significa, em linhas gerais, o fim do *Bakufu* (TAKANO, 2003).

1.1 ABERTURA COMERCIAL

Durante os séculos XVIII e início do XIX as potências ocidentais tiveram as mudanças socioeconômicas mais abruptas, passando por diversas guerras e conflitos armados, fazendo contraste com o Japão no mesmo período. Esse contraste fez com que a tecnologia militar, assim como a formação do exército japonês ficassem obsoletas. No continente americano e no europeu, devido a diversas mudanças tecnológicas, políticas e econômicas fizeram com que os cidadãos se tornassem soldados por meio do serviço militar, enquanto que no Japão pessoas comuns não se importassem muito com os assuntos dos samurais (JANSEN, 2002).

Os Estados Unidos começaram a ter maior interesse no Japão conforme foram começando a competir pelo comércio chinês e assinaram o Tratado de Wanghsia em 1834. Segundo JANSEN (2002, p.275), com a implementação de barcos movidos a vapor, tornou-se necessário uma fonte de carvão para suprir a navegação pelo oceano pacífico, e assim, a possibilidade de uma estação de carvão na rota para o comércio com a China fez com que fosse buscado o contato com o Japão. Em 1845 foi instruído ao representante dos Estados Unidos na China que enviasse uma missão ao Japão com o objetivo de contactar os japoneses. O capitão James Biddle chega na baía de Edo em 1846 com o intuito de abrir as relações entre os dois países, e é notificado de que relações com estrangeiros poderiam ser apenas conduzidas no porto de Nagasaki, e devido à falta de autorização para utilizar-se de meios coercitivos, o mesmo se retira do país (JANSEN, 2002).

O xogunato Tokugawa no começo do século XIX já apresentava sinais de enfraquecimento, mas conseguiu permanecer no poder até a chegada do Comodoro Matthew Calbraith Perry (1794–1858) com quatro navios de guerra em 2 de julho de 1853, na costa da região de Uraga, situada na então baía de Edo. JANSEN (2002) especifica que os objetivos de Perry eram de assegurar

[...] a proteção dos marinheiros e propriedades, permissão para obter suprimentos, se possível um depósito de carvão, e a permissão “para entrar em um ou mais portos deles com o propósito de se desfazer da carga por meio de venda ou troca” [...]. Se após de exaurir todos os argumentos e meios de persuasão, o comodoro falhar em obter do governo qualquer forma de abrandamento de seus sistemas de exclusão, ou mesmo garantias de tratamento humano para náufragos, ele deve mudar seu tom, e informar que [...] cidadãos e embarcações que por via de naufrágio na costa ou conduzido por estresse do tempo a aportarem [...] serem tratados com humanidade; e caso ocorra qualquer ato de crueldade daqui em diante com seus cidadãos desse país, seja pelo governo ou habitantes do Japão, eles serão severamente punidos. (JANSEN, 2002, p. 276)

Perry recebe ordens dos japoneses para se dirigir a Nagasaki, porém o mesmo deixa claro de que somente poderia se retirar após fosse cumprida a ordem de entregar uma carta do presidente dos Estados Unidos ao imperador do Japão. O encontro cerimonial ocorreu em Kurihama com bastante desconfiança entre as partes. O *daimyo* (senhor de terras) posicionou milhares de tropas na costa para o encontro e os estadunidenses deixaram seus navios em formação de combate. Após o encontro formal Perry retorna para China e deixa notificado que retornaria em abril ou maio para receber a resposta japonesa (JANSEN, 2002).

Os russos começaram a ter maior contato com os japoneses no início do século XIX, quando começam a buscar rotas pelo oceano pacífico para comercializar com a China, já que as rotas que passavam por terra, demandavam uma difícil linha de suprimentos. Dessa forma, em 1804 chega a primeira expedição russa a Nagasaki com o objetivo de abrir relações comerciais, no entanto, é negada devido aos japoneses verem os russos com, principalmente por pequenos conflitos que ocorreram anteriormente (JANSEN, 2002).

Perry retorna em fevereiro com uma frota maior de navios, antes do previsto em acordo. O mesmo temia que a missão russa liderada pelo almirante Putiatin em Nagasaki conseguisse negociar um acordo primeiramente, o que poderia o travar a termos já estabelecidos com os russos (JANSEN, 2002). Aturdidos pelo poderio naval estadunidense, os japoneses se viram forçados a assinar o Tratado de paz e amizade com os Estados Unidos, também conhecido como Tratado de Kanagawa, em 31 de março de 1854 (O, 2010).

Townsend Harris chega ao Japão em 1856 e é nomeado como o primeiro embaixador estadunidense no Japão. As autoridades japonesas, tendo conhecimento de que os britânicos empregaram o uso da força para a abertura dos portos na China, busca adotar uma postura de menor resistência à abertura do comércio para evitar medidas coercitivas. Em 1858 é assinado o Tratado de amizade e comércio entre os Estados Unidos e o Xogunato Tokugawa, e entra em vigor no ano de 1859 (O, 2010). Este seria o primeiro de vários tratados desiguais que o Japão seria forçado a assinar.

Dois pontos eram especialmente polêmicos nesse tratado: a questão das tarifas de importação, que impediam os japoneses de intervirem no estabelecimento das tarifas dos produtos americanos que entrariam dentro de seu próprio território, e a questão dos privilégios de extraterritorialidade, que impediam que um cidadão norte-americano que cometesse crimes em território nipônico fosse julgado pela justiça local. (YAMAMURA, 1996, p. 129)

Diversos outros tratados desiguais foram assinados com os Estados Unidos nos anos seguintes, assim como com a Grã-Bretanha, França, Países Baixos e Rússia (O, 2010). Esses tratados desiguais foram em grande parte forçados por meio coercitivo em diversas ocasiões, como aponta WILSON (1983) sobre o bombardeio naval na região de *Shochu* em 1864, com uma frota formada por embarcações da Grã-Bretanha, Países Baixos, França e Estados Unidos.

Independentemente da controvérsia dos tratados desiguais assinados, a concordância do *bakufu* Tokugawa simbolizava a aceitação japonesa de uma política

de país aberto e o início das relações entre o Japão e as nações estrangeiras. A complacência com estes tratados também implicava em impactos negativos para o *bakufu*. A população em geral entendia que a aceitação do xogunato aos tratados desiguais era um sinal de que o mesmo não poderia mais efetivamente salvaguardar os interesses da nação. Dessa forma, a indignação popular cresce em relação ao *bakufu*, enfraquecendo ainda mais a estrutura política (TAKANO, 2003).

Segundo WILSON (1983) a moeda de troca do *bakufu* tokugawa para todos os estrangeiros era medida em estabilidade. O Japão em caos seria um mercado não viável para exportação e importação de produtos estrangeiros. A partir desse ponto de vista, da proteção da estabilidade, as potências estrangeiras, assim como o *bakufu* Tokugawa na maior parte das vezes concordavam.

TAKANO (2003) diz que em relação à política externa japonesa o pensamento político era dividido em dois grupos. O primeiro advogava *kaikoku* (abrir o país), e buscavam uma postura de aprender com as potências estrangeiras, dizendo que negar as demandas estrangeiras não era uma alternativa viável e que uma relação mais amigável poderia ser de benefício para o Japão. O segundo grupo advogava *joi* (expulsar os bárbaros), dizia que ceder a pressões estrangeiras teria um impacto negativo no Japão em relação a soberania, economia e sociedade. O segundo grupo temia que os estrangeiros buscassem uma oportunidade de corromper e dividir o Japão da mesma forma que eles tinham feito com a introdução do cristianismo séculos atrás. Os dois grupos, no entanto, tinham o mesmo objetivo, o de manter a soberania japonesa e a estabilidade política (TAKANO, 2003).

Durante o período do *bakumatsu* o grupo que defendia *joi* foi diminuindo de tamanho conforme o consenso japonês se aproximava de *kaikoku*, principalmente devido a observância do poderio militar superior das nações ocidentais. Um dos principais motivos era o do xogunato não dispor dos recursos financeiros para construir uma defesa suficientemente forte para uma guerra com as potências ocidentais. O grupo que defendia *joi* também teve como fator contribuinte para o seu declínio atos de violência por parte de seus membros. No começo da década de 1860 membros dos clãs Satsuma e Choshu conduziram diversos ataques a estrangeiros no Japão, humilhando e aumentando a descrença no xogunato. A resposta do *bakufu* foi a punição por meio de execuções e retirada da participação política (TAKANO, 2003).

O declínio do xogunato Tokugawa foi marcado pela necessidade da reorganização econômica e social, aumento de problemas financeiros

e conflitos internos entre clãs feudais. O sistema baku-han Tokugawa que era suposto de manter o balance de poder entre o shogunato, a corte imperial e os domínios regionais se quebrou com o tempo. Embora o xogunato Tokugawa inicialmente tenha solidificado e mantido a sua hegemonia política sobre os domínios mantendo-os enfraquecidos, posteriormente serviu como uma de suas principais fraquezas. [...] a falta de reservas financeiras restringiu ações políticas e militares para o xogunato e os domínios. (TAKANO, 2003, p. 92-93, tradução nossa)¹

O aumento constante do contato com os estrangeiros foi o ponto marcante para a aceleração da queda do *bakufu* Tokugawa. Conforme o *bakufu* tentava responder às pressões políticas, econômicas e militares, ficava cada vez mais claro a fragilidade de sua estrutura e, portanto, a necessidade cada vez mais óbvia de se modernizar (TAKANO, 2003).

A despeito da chegada dos ocidentais ser constantemente citada como o principal motivo para a queda do xogunato, não podemos ignorar outros fatores responsáveis pela restauração do poder imperial que nasceram no seio do xogunato Tokugawa. Quando da chegada dos norte-americanos, a população já se encontrava inclinada a mudanças graças à fome, crescimento populacional exacerbado e desastres naturais que assolaram o Japão na segunda parcela do século XIX em conjunto com as sucessivas falhas dos Tokugawa para reverter os problemas, causando diversas revoltas camponesas. A chegada dos ocidentais foi apenas o desenlace de todo esse processo. (OLIVEIRA, 2018, p. 17)

Conforme a opinião pública foi se voltando contra o *bakufu* e os domínios do Sul começaram a apoiar a volta do poder ao imperador, as pressões sociais resultaram na abdicação do Shogun em 1867 e posteriormente a retirada dos antigos *daimyos* que se aliaram ao antigo *bakufu* na guerra de Boshin em 1868. No mesmo ano deu-se início a restauração Meiji (TOTMAN, 1980 apud REIS, 2015).

1.2 RESTAURAÇÃO MEIJI

O Japão durante o século XIX passou por mudanças drásticas devido a pressões internas e externas. A análise da estrutura socioeconômica do período se

¹The failing Tokugawa shogunate, a necessity for economic and social reorganization, increasing financial troubles, and domestic conflict between feudal clans. The Tokugawa baku-han system, which was meant to maintain a power balance between the shogunate, the imperial court, and regional domains, broke down over time. Though the Tokugawa shogunate initially solidified control and maintained a political hegemony over its domains by keeping them weak, this later served to be one of its fundamental weaknesses [...] lack of financial reserves, furthermore, restricted political and military actions for both the shogunate and the domains.

torna indispensável para a compreensão dos movimentos migratórios que ocorreram posteriormente. Durante a segunda metade do século XIX, o país começa a se abrir para os demais países e a se modernizar. A este processo de modernização que começou em 1868 se deu o nome de Restauração Meiji.

O primeiro passo da restauração Meiji foi buscar a ordem e a união dos domínios do período Tokugawa. O centro de poder retornou para o imperador (que tinha apenas 15 anos de idade) e foi apoiado pelos clãs Satsuma, Owari, Aki e Fukui. Um dos primeiros anúncios feitos foi declarar o fim de todas as estruturas administrativas civis e militares do período Tokugawa. O imperador Mutsuhito se muda para Edo (capital do antigo xogunato Tokugawa) e a renomeia como Tóquio (capital do Leste) (JANSEN, 2002).

O primeiro documento oficial emitido pelo imperador, em 7 de abril de 1868, que norteava as diretrizes que seriam tomadas pelo governo, foi o *Gokajo no Goseimon* (Juramento em cinco artigos) conhecido como a Carta Jurada. Kido Takayoshi preparou a forma final do juramento, assinado por todos os membros do governo. Apesar de possuir termos gerais e ambíguos, esse documento foi “o ponto de partida para o desenvolvimento moderno do Japão, uma espécie de luz indicadora do rumo a ser seguido, romper com o passado e traçar em linhas gerais a orientação da nova política nacional”. (RIBEIRO, 2017, p.44)

A carta jurada em linhas gerais em seu primeiro artigo define que conselhos deliberativos devem estar estabelecidos e todos os assuntos devem ser decididos por discussão pública. O segundo artigo define que todas as classes devem se unir para tratar dos negócios administrativos do Estado. O terceiro artigo refere-se à liberdade de buscar suas próprias vocações independentemente de ser uma pessoa comum, um civil ou militar. O quarto artigo diz respeito à exclusão dos costumes ruins e que tudo deveria ser baseado na lei justa da natureza. O quinto e último artigo fala sobre a busca de conhecimento pelo mundo para poder fortalecer as fundações imperiais. (JANSEN, 2002)

Em relação ainda ao quinto artigo, o governo articulou uma missão que ficou conhecida como Missão Iwakura (1871-1873) e buscou enviar membros do alto escalão do governo para estudar e observar as sociedades ocidentais com o objetivo de descobrir os fatores responsáveis pelo poder econômico e político. Também visava a renegociação dos tratados comerciais desiguais. Essa missão foi fundamental para a reforma da estrutura social. Dentre os países selecionados para o estudo estavam os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Países Baixos e Alemanha.

(RIBEIRO, 2017)

No ano de 1871 um dos eventos políticos de maior importância foi a proclamação do *haihan chicken* (abolição dos domínios e estabelecimento de prefeituras). O imperador deu início a aplicação dessa medida primeiramente em seus aliados, os clãs Chōshū, Satsuma, Hizen e Tosa. A medida se tornava necessária para alcançar a igualdade com as outras nações e também para poder unificar as leis do país (KEENE, 2002). RIBEIRO (2017) diz que esse evento deu início a centralização administrativa e foi adotada a coleta de impostos pelo governo. Também vai dizer que uma forma de compensar os *daimyos* foi de assumir “as responsabilidades pelos domínios e o salário dos samurais além de perdoar as dívidas que possuíam.” (RIBEIRO, 2017, p. 45). Essas medidas buscavam apaziguar os *daimyos* para evitar que os mesmos organizassem revoltas armadas contra o governo.

No ano de 1870 ocorreu a remoção das leis que estruturavam o sistema hierárquico, não sendo mais divididos entre guerreiros, camponeses, artesãos e mercadores. Foram criadas novas designações sociais com a diferença de ter reunido as classes mais baixas todas em pessoas comuns, inclusive as que eram consideradas párias. No ano de 1871 é declarado que pessoas comuns são permitidas de ter sobrenome e também de poder andar em a cavalo, privilégios esses que só eram permitidos aos samurais no regime anterior. Também foram permitidos o casamento entre pessoas de classes distintas, foram removidas as restrições sobre o tipo de roupa que cada classe poderia usar e, com relação aos samurais, o direito de castigar indivíduos de classes mais baixas por desrespeito foi vetado. Diversos foram os esforços do governo central para tentar alcançar uma igualdade entre as classes, no entanto a sociedade japonesa continuou a propagar os mesmos preconceitos e as classes mais altas ainda mantiveram diversos privilégios. (RIBEIRO, 2017)

RIBEIRO (2017) questiona porque os *daimyos* em sua maioria consentiram em abdicar dos seus títulos e domínios já que eles possuíam meios para defender os seus poderes. Um dos motivos que é apontado, são os benefícios que os senhorios receberiam da mudança, já que a mesma foi feita de forma gradual e também foram negociadas as ofertas de vantagem. Outro motivo importante foi a percepção de que a estrutura de governo do xogunato Tokugawa não era mais eficiente na defesa do país, dessa forma já havia uma inclinação favorável a uma nova estrutura para combater os estrangeiros.

Após a retomada do controle das regiões pelo governo central, outra grande

mudança foi a reestruturação da organização política, trazendo características dos países ocidentais como divisão dos poderes e representatividade (RIBEIRO, 2017).

O *Daijōkan* (Conselho de Estado) tornou-se o centro da organização do governo e as atividades administrativas foram divididas em oito ministérios (Assuntos Cíveis, Financeiros, de Guerra, Assuntos Estrangeiros, Casa Imperial, Justiça, Trabalho e Educação). Em 1874 foi criado o Ministério do Interior e, em 1881, o da Agricultura e Comércio. (RIBEIRO, 2017, p. 46-47)

Em 1890 foi instituída a assembleia nacional e o governo constitucional. A constituição do período Meiji foi baseada na do Estado alemão, que dessa forma poderiam dar ao imperador o poder para comandar as forças militares, declarar guerra e paz, assim como dissolver a câmara baixa do parlamento. (SUMIKAWA, 1999)

As primeiras reformas econômicas impostas pelo governo japonês foram principalmente voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura industrial e social. O governo japonês investiu pesadamente em obras públicas como ferrovias, serviços de entrega, comunicação, portos, faróis, entre outros. (SUMIKAWA, 1999).

Algumas reformas financeiras também foram feitas, com uma padronização monetária e a criação de um sistema bancário atualizado. Em 1873, foi construída uma casa da moeda, o iene tornou-se a moeda corrente (tinha paridade com o dólar mexicano) e foi criado o primeiro banco nacional, o *National Bank Act*. A bolsa de valores de Tóquio foi inaugurada em 1878. (RIBEIRO, 2017, p. 47)

Outra reforma importante que ocorreu no setor econômico foram a dos impostos territoriais que não mais eram pagos em arroz, e sim em papel-moeda (OLIVEIRA, 2018). RIBEIRO (2017) complementa dizendo que o imposto não era mais cobrado por vila, e sim individualmente. Também aponta o problema da reforma dos impostos visto que, 70% do imposto arrecadado provinha do setor agrícola, dessa forma os camponeses continuavam a ser explorados e a modernização industrial se deu principalmente pelos impostos pagos por eles. SUMIKAWA (1999) aponta que a exploração da população camponesa e o subsídio para a indústria agrícola foram a única via para a arrecadação de receita nas duas primeiras décadas de modernização, devido a ser um setor tradicional e já estabelecido, por outro lado taxar a indústria pesada nos seus primeiros estágios de desenvolvimento seria contraproducente para economia.

Com a liberação dos agricultores do controle feudal, permitiu-se àqueles a posse de terras, o que ajudou no aumento da taxa de crescimento populacional e provocou, num país com limitações de área de cultivo, a escassez de alimentos. Era preciso, assim, encontrar

uma saída para a pressão gerada pela população rural[...] (KODAMA e SAKURAI, 2008, p. 17)

Diferentemente da modernização que a China e os demais países asiáticos estavam fazendo, o Japão buscou seguir o modelo de desenvolvimento segundo os moldes dos países ocidentais, tentando assim uma aproximação da Grã-Bretanha e da França em termos de igualdade. Para as potências ocidentais, no entanto, o país ainda era visto como inferior, sendo considerado como um fornecedor de mão de obra (SAKURAI, 1998).

A maior mudança estrutural adotada pelo governo central japonês e também a primeira a adotar padrões de organização ocidentais, foi a militar. Essa política de modernização ficou conhecida como *fukoku kyōhei* (enriqueça a nação e fortaleça os militares) (O,2010). O exército e a marinha japoneses rapidamente se tornaram a maior organização, e demandavam recursos que estimularam o desenvolvimento da indústria e do sistema universal de educação. O estímulo para o desenvolvimento militar iniciou-se pelo temor de uma invasão das potências ocidentais. Na década de 1880 as autoridades japonesas chegaram a um consenso de que a independência japonesa dependia da habilidade de assegurar os direitos e os privilégios assim como as potências ocidentais tinham feito. Essa busca de se equiparar às potências ocidentais tinha como objetivo terminar os tratados desiguais impostos aos japoneses pela demonstração de força coercitiva. Após feitos os testes em revoltas internas, foi escolhido como primeiro teste externo a Coreia, o que levou a guerra sino-japonesa de 1895, buscando fortalecer e solidificar o setor militar (SUMIKAWA, 1999).

As potências ocidentais do período estavam baseando seus comportamentos no darwinismo social. Eles utilizavam-se dessa teoria para justificar as políticas imperialistas (REIS, 2015).

Tal pensamento encontrou um grau de popularidade ao ser transposto para a política internacional, reforçando visões extremamente etnocêntricas de raças inferiores e a competição com consequências destrutivas como sacrifícios necessários para um 'bem maior da comunidade', estando implícito no imperialismo do final do século XIX (CARR, 2001, p.66-67). (REIS, 2015, p. 37)

O Japão buscando reproduzir o comportamento ocidental, adotou a postura de compreensão da realidade seguindo essa visão etnocêntrica de raças inferiores, o que Justificou a legitimação da colonização da Coréia e a entrar em guerra com a China como dito anteriormente. A percepção dos países ocidentais sobre o Japão começa a

mudar somente em 1905, quando ele derrota o Império Russo em combate. Desta forma, o mesmo começa a ser visto com certo receio devido principalmente ao expansionismo militar, a concorrência em alguns setores da economia e o desprezo devido principalmente pelo debate da questão racial que circulava na Europa e especialmente na América do norte, onde era feita a segregação espacialmente.

A questão racial também chegou a ser debatida no Brasil, pois havia entre a aristocracia a ideia da necessidade de branquear a população brasileira. Foi discutido também a viabilidade de trazer mão de obra asiática para substituir os povos africanos escravizados, no entanto, o tema foi resolvido com a decisão de convocar imigrantes europeus, em especial italianos e espanhóis. Este tópico será aprofundado em capítulos posteriores.

[...]com a busca do Japão por adquirir o rápido posicionamento entre as novas potências mundiais, várias transformações foram promovidas, tais como a inauguração de um governo constitucional, além da implementação de reformas de base – como no campo da educação, que promoveu a alfabetização em massa, e na economia, com a tributação monetária no campo, trazendo a monetarização para regiões que ainda utilizavam o escambo como forma de troca em seu cotidiano. Tais reformas geraram o endividamento de grande parte dos pequenos proprietários, e essa população se viu expulsa de suas terras, obrigada a seguir rumo às cidades. Por outro lado, as reformas também geraram melhores condições sanitárias e de vida. (KODAMA e SAKURAI, 2008, p. 17)

As populações rurais que por motivos de dívida, tiveram que se locomover para espaços urbanos foram se multiplicando conforme a modernização do país avançava, gerando um problema interno de grande preocupação popular. No capítulo seguinte, será tratado a forma como o governo japonês buscou responder a esse problema populacional.

O processo de abertura comercial e modernização japonês foi impulsionado pela ameaça das potências ocidentais, dessa forma o país buscou em um curto período de tempo se equiparar militarmente aos países ocidentais como o intuito de conseguir pela imposição da força que cessassem as ameaças e a imposição dos tratados desiguais.

2 IMIGRAÇÃO JAPONESA

Seguindo ainda o mesmo ritmo de modernização, o governo japonês no ano de 1872 concedeu aos camponeses o direito de possuir terras, no entanto as altas taxas sobre imposto territorial fizeram com que milhares de pessoas perdessem as suas terras. Esse deslocamento rural culminou em um grande problema social que desencadeou uma inquietação na sociedade japonesa. Influenciados pelas teorias ocidentais, as práticas de colonização e a teoria populacional malthusiana, fizeram com que a elite japonesa falasse sobre a imigração como uma solução para o problema populacional interno (BJORKLUND, 2007).

A saída encontrada para o crescimento populacional e a falta de acesso à terra inicialmente se dá pela migração interna, levando a uma política de colonização das regiões ao norte, principalmente da ilha de Hokkaido (SAKURAI, 2000). Hokkaido durante o período era populada pela etnia Ainu, que eram politicamente e culturalmente separados dos japoneses. A política de colonização da região foi marcada pela desapropriação das terras do povo Ainu, transformando-as em colônias japonesas. A rápida colonização da Ilha foi vista como um modelo de sucesso e conseqüentemente foi adotada como política de imigração (BJORKLUND, 2007).

No período anterior à colonização de Hokkaido houve uma grande massa de imigração japonesa para fora do país, tendo como destino o Havaí e Guam. Essa primeira leva de imigrantes foi considerada pelo governo japonês como ilegal, já que o mesmo não havia dado permissão aos organizadores. A tentativa de imigração teve um fim trágico com boatos de maus tratos aos trabalhadores japoneses, dessa forma quando o governo central japonês toma conhecimento do ocorrido, busca trazer os trabalhadores sobreviventes de volta, e devido a este ocorrido durante os próximos 15 anos foram proibidas as migrações para fora do Japão e promovida a migração para a colônia de Hokkaido (BJORKLUND, 2007).

A imigração foi vista como uma opção viável para o gerenciamento de problemas sociais e econômicos nas regiões rurais, como mostrado no experimento de Hokkaido. No entanto, as condições no campo continuavam a se deteriorar depois de 1881, fazendo com que fosse necessário encontrar regiões fora do país para receber esses migrantes. O Ministério de relações exteriores do Japão recebeu diversos pedidos de trabalhadores japoneses de outros países, no entanto até 1885 foram recusadas todas as propostas. Após a convenção de imigração entre os

governos do Japão e do Havaí é sancionada a primeira migração para fora do Japão. Até o ano de 1894 mais de 29 mil japoneses imigraram para o Havaí com patrocínio dos dois governos envolvidos (BJORKLUND, 2007). Esses trabalhadores japoneses em grande parte foram absorvidos por fazendas de plantação de frutas e de cana-de-açúcar, a maioria desses migrantes saíram com o intuito de ganhar dinheiro rapidamente e retornar ao Japão (BJORKLUND, 2007).

A imigração patrocinada pelo governo japonês termina em 1894 quando o governo japonês decide passar as operações de imigração para empresas privadas. Pouco tempo depois são criadas leis para regular as maneiras como seriam tratadas as migrações para fora do país.

Em 1896, a Câmara dos Deputados do Japão aprova a Lei de Proteção aos Emigrantes. A lei incentiva a emigração oficial, passando os emigrantes a ter uma legislação que os ampara e os defende. Este ponto é central para a compreensão da evolução da trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil. (SAKURAI, 1998, p. 4)

A partir do momento que o Havaí se torna parte dos Estados Unidos no ano de 1900, e de acordo com a lei estadunidense, os contratos laborais de imigrantes eram proibidos, dessa forma todos os trabalhadores estavam livres de seus contratos laborais. As companhias de imigração tiveram que mudar sua política de envio de trabalhadores contratados para as fazendas, para transporte de imigrantes livres.

As companhias de imigração também transportaram trabalhadores japoneses para o sudeste asiático, Oceania e posteriormente para as Américas. A maior parte desses imigrantes consistia de trabalhadores temporários, não havendo intenção de permanecer e se estabelecer no país, buscando apenas aumentarem a sua renda rapidamente e retornar ao Japão. As políticas implementadas, no entanto, variavam conforme a região, podendo ser de “expulsão, incentivando a emigração, o trabalho temporário no exterior, ou a anexação e conseqüente colonização dessas terras, como ocorre na Manchúria e Coréia.” (SAKURAI, 1998, p. 4). Neste trabalho, no entanto, não será abordado de forma profunda a colonização imperialista com intuito de anexação das regiões da Manchúria e Coréia, apenas a migração para a América do norte e para o Brasil, visto que esta última ocorre em decorrência de eventos que ocorrem em relação à imigração para a América do norte.

Tabela 1 – Emigrantes japoneses divididos por destino entre os anos de 1885 a 1924.

| Destino | Número |
|----------------|---------------|
| Estados Unidos | 393.086 |
| Canada | 59.582 |
| Mexico | 11.761 |
| Peru | 22.350 |
| Brasil | 51.894 |

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: ICHIHASHI, 1932.

2.1 IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA OS ESTADOS UNIDOS E CANADA

A migração de japoneses em larga escala para a região continental dos Estados Unidos não ocorre até a anexação do Havaí. Até o ano de 1890 havia apenas registro de 2038 japoneses nos Estados Unidos, sendo a metade deles trabalhadores rurais na Califórnia, no entanto no ano de 1910 o número de japoneses nos Estados Unidos foi de aproximadamente 130.000 pessoas. Uma parcela desses japoneses estava apenas de passagem nos Estados Unidos, pois tinham como destino final o Canadá, onde havia empregos nos setores de mineração, exploração de madeira, pesca e construção de ferrovias. Entre os anos de 1898 e 1908 em torno de 10.000 japoneses imigraram para o Canadá (BJORKLUND, 2007).

O processo de modernização japonês tinha como característica essencial a industrialização em larga escala. Como mostrado anteriormente, o governo japonês enviou estudantes para os Estados Unidos para adquirir conhecimentos e habilidades necessários para o desenvolvimento de maquinário e equipamento no Japão (O, 2010).

A vitória do Japão na guerra com a Rússia demonstrou que a modernização do setor militar tinha sido um sucesso. Embora o Japão tenha se tornado uma potência dominante na Ásia, as potências imperialistas ocidentais não viam de forma tão agradável. O avanço militar japonês afetou negativamente as relações migratórias com os Estados Unidos. No ano de 1892, na Califórnia, já começava a aparecer o sentimento anti-japonês (O, 2010). Com receio de que imigração se tornasse um problema para as relações diplomáticas entre o Japão e os Estados Unidos, o governo

japonês restringe o número de pessoas que poderiam migrar para os Estados Unidos para dessa forma poder manter boas relações com o país, essa decisão, no entanto não foi unilateral, mas sim um entendimento entre as partes que ficou conhecido como *Gentleman's Agreement* (acordo de cavalheiros) (O, 2010).

Conforme as tensões entre o governo japonês e os Estados Unidos começaram a se agravar devido ao aumento do sentimento anti-japonês, não havia mais o interesse do Japão em continuar mandando trabalhadores japoneses para os Estados Unidos. Havia se tornado um consenso pelas autoridades japonesas de que já havia adquirido o conhecimento necessário para a modernização do país e garantido o reconhecimento internacional por meio das vitórias contra a China e a Rússia. Dessa forma, o governo japonês estava mais interessado em reduzir o número de isenções do recrutamento militar, que incluía um número considerável de imigrantes laborais (O, 2010).

Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos havia entre a população o medo de que os trabalhadores japoneses tomassem o trabalho de trabalhadores estadunidenses, fazendo com que sentimento anti-japonês crescesse. O movimento de exclusão dos japoneses nos Estados Unidos atuou de forma a restringir a posse de terra por parte dos imigrantes japoneses, pressionando o governo estadunidense a se posicionar, o que resultou em 1924 no *Immigration Act* (Ato de imigração), inviabilizando a imigração de japoneses (O, 2010).

2.2 IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMÉRICA LATINA

Após o término da possibilidade de imigração para os Estados Unidos e Canadá, o governo japonês procura novos países com os quais possa negociar tratados de imigração. O Brasil não foi o próximo nesta sequência de escolhas. Por causa da posição geográfica o México chamou a atenção do governo japonês, que chegou a enviar cerca de 12.000 trabalhadores japoneses para o país, no entanto em 1908 o acordo que os Estados Unidos haviam feito também foi imposto ao México fazendo com que toda a imigração japonesa para o país cessasse (ICHIHASHI, 1932).

O Peru também havia sido optado antes de o governo japonês pensar em voltar sua atenção para o Brasil. Os trabalhadores japoneses foram levados para o país com um contrato laboral para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar e na extração de látex das seringueiras, no entanto as condições de trabalho relatadas pelos

imigrantes japoneses desencorajaram o governo japonês a enviar mais cidadãos para o Peru (ICHIHASHI, 1932). Cerca de 19.000 trabalhadores japoneses passaram pelo país entre os anos de 1907 e 1924.

2.2.1 Início dos debates sobre a inserção de japoneses no Brasil

Oficialmente as relações entre o Japão e o Brasil são iniciadas no final do século XIX, no entanto, YSHIDA (2020) vai dizer que extraoficialmente iniciaram-se bem antes por intermédio dos portugueses, principalmente no âmbito comercial. “Em 1810, o príncipe regente D. João VI decretou que importações chinesas de portos portugueses, como Macau, estavam isentas de direitos de entrada no Brasil e outros portos também sob domínio português” (YSHIDA, 2020, p. 136). E “nesta perspectiva, a comunicação entre a China e o Brasil inicia-se na segunda metade do século [XVI] através da abertura proporcionada por Macau, elo de ligação entre Portugal e a China e base para toda a comunicação com o Japão” (CAMARGOMORO, 1995, p. 42)

O governo brasileiro e o governo japonês vão iniciar as conversas sobre a vinda de migrantes japoneses no final do século XIX, mesmo período no qual serão iniciadas as conversas diplomáticas. Neste primeiro momento, o Brasil apresenta ressalvas sobre o aval para a introdução de mão de obra asiática, principalmente devido aos debates de questão racial que estavam em alta entre os países europeus e nos Estados Unidos.

Segundo Makino, são três os fatores que influenciaram uma política pró imigração: a questão do povoamento, embranquecimento e a mão-de-obra (MAKINO, 2010, p.26). A questão da imigração no Brasil não estava só relacionada à demanda de mão-de-obra. A questão de um branqueamento da população estava extremamente atrelada a um projeto de nação. Havia discussões sobre o atraso do Brasil devido à composição da sociedade, e culpabilizando esta composição, isto é, “A vinda de imigrantes para o Brasil se justifica, portanto, por razões de ordem econômicas, e também ideológicas.” (SAKURAI, 2010, p. 9). (ABRANCHES, 2019, p. 21)

Em 1895 é assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão em Paris. A estipulação deste tratado, no entanto, não chega a estabelecer nenhuma concordância em relação ao que concerne a imigração. Segundo KODAMA e SAKURAI (2008) os representantes diplomáticos brasileiros eram contrários à entrada de japoneses, tendo como principais motivos a crença de que os japoneses eram inassimiláveis e tinham uma aspiração imperialista.

Contudo, o contexto mundial e a situação interna dos dois países facilitariam a chegada a um termo. Desde 1906, a efetivação da vinda de colonos começava a ser articulada com a visita ao Brasil de Ryu Mizuno, diretor da Kokoku Shokumin Kaisha (Companhia Imperial de Emigração), a principal companhia japonesa que administraria a vinda dos imigrantes até 1917. Diante da revalorização dos preços do café desde o Convênio de Taubaté, de 1906, e das restrições impostas à imigração italiana, desde 1902, pelo governo da Itália, os produtores paulistas mostravam-se mais interessados na chamada de trabalhadores alternativos. O Japão, por sua vez, a partir de 1907, com o fechamento das portas para a entrada de novos emigrantes na Califórnia, procurava rapidamente uma solução para a emigração. Assim, começava a ser articulado o contrato da vinda dos primeiros trabalhadores japoneses. (KODAMA e SAKURAI, 2008, p. 18)

A perspectiva japonesa em relação ao envio de mão de obra japonesa para o Brasil começa a se tornar mais atraente conforme surgem empecilhos com as rotas migratórias já estabelecidas com Canadá, Estados Unidos, México e Peru. A América do Norte inicia a restringir de forma categórica a migração. Em 1908 “os Estados Unidos firmam com o Japão, o *Gentlemen’s Agreement*: para evitar a proibição de entrada de trabalhadores japoneses por parte dos Estados Unidos, estabelece-se que é o Japão que proíbe a saída de trabalhadores para aquele país” (SAKURAI, 1998, p. 6). Desta forma, as representações diplomáticas japonesas retomam o diálogo com o governo brasileiro, pois o mesmo se torna um dos poucos destinos viáveis para manter o fluxo migratório.

2.2.2 Primeiro fluxo imigratório

O processo migratório japonês para o Brasil, segundo BONATTI (2020) pode ser caracterizado em três principais fluxos migratórios, cada um com características compositivas diferentes, sendo importante destacar os diferentes contextos históricos nos quais eles ocorreram, principalmente os eventos sociais e políticos que fizeram com que os japoneses decidissem por migrar. Esses fluxos ocorrem entre os períodos de 1908 a 1924, de 1925 a 1941 e de 1952 a 1958. Neste trabalho, analisaremos os três fluxos migratórios, recordando que entre o segundo e o terceiro fluxos migratórios há uma quebra de relações diplomáticas entre os dois países devido à Segunda Guerra Mundial, aumentando assim a complexidade das relações entre os dois países, assim como o nível de animosidade interpessoal entre os imigrantes japoneses e a população brasileira.

Tabela 2 – Imigração japonesa ao Brasil dividida por período

| Período | Número | Porcentagem % |
|---------------------|---------|---------------|
| 1908 – 1923 | 31.414 | 13,4 % |
| 1924 – 1941 | 137.572 | 67,1% |
| 1952 – 1963 | 45.650 | 19,5% |
| Total de imigrantes | 234.636 | 100,0% |

Fonte: SUZUKI, 1969.

O primeiro fluxo migratório foi caracterizado segundo SAKURAI (1998) como de cunho experimental, pois havia muita insegurança entre as duas partes envolvidas. O início do fluxo se dá pelo envio do navio Kasato Maru, que sai do porto de Kobe no Japão e chega ao porto de Santos com oitocentos imigrantes a bordo. Segundo SOARES FILHO (2009), os japoneses que chegavam ao Brasil viam a situação como provisória. Eles buscavam trabalhar nas plantações de café, adquirir um capital considerável e retornar ao Japão. Esse tipo de migração em busca de trabalho ficou conhecida entre os japoneses como *dekassegui*, que significa em linhas gerais “trabalhar fora de casa”, uma situação que já era comum entre os japoneses no país, que saíam temporariamente de suas regiões no inverno para trabalharem nos centros urbanos, devido principalmente a inviabilidade de trabalhar no campo.

Outra característica importante do primeiro fluxo migratório foi o subsídio do governo do Estado de São Paulo, que havia sofrido com a baixa de mão de obra europeia devido a Primeira Guerra Mundial e posteriormente, a sua retomada, fazendo do primeiro fluxo bem variável (SUZUKI, 1969).

Os primeiros imigrantes vinham através do contrato entre as companhias de imigração japonesas e os cafeicultores paulistas, os quais pagavam o custeio do estabelecimento das famílias nas fazendas. O contrato previa, para cada família, um mínimo de três trabalhadores, em regime de trabalho assinado por pelo menos dois anos. Ainda que incentivados pelo Estado japonês, os que tomaram a decisão de emigrar eram motivados pelo desejo próprio de mudar sua condição de vida, para retornarem à terra natal como pródigos bem-sucedidos (KODAMA e SAKURAI, 2008, p. 19)

As condições de trabalho desses imigrantes, no entanto, não eram como as descritas pela companhia de imigração, fazendo com que as famílias de imigrantes

fugissem ou, das que permaneceram, que mesmo com ganhos pequenos, juntassem o suficiente para se estabelecerem como agricultores independentes, gerando o desligamento dos cafezais e o corte dos subsídios dos fazendeiros em 1923 devido ao descontentamento (SAKURAI, 1998).

2.2.3 Segundo fluxo imigratório

O segundo fluxo migratório ocorreu no período de 1924 a 1941 e se caracterizou pelo grande contingente de migrantes japoneses que tiveram suas viagens custeadas apenas pelo governo japonês, e buscaram maximizar o fluxo até o início da Segunda Guerra Mundial, quando é interrompido (BONATTI, 2020).

É neste período que SAKURAI (1998) vai chamar de “migração tutelada”, pois a continuidade do fluxo migratório japonês fica toda por iniciativa do governo japonês. O esforço do Japão para manter o fluxo para o Brasil se dá principalmente devido à proibição definitiva de entrada nos países da América do Norte e nos protetorados ingleses e franceses na Oceania.

O interesse japonês no Brasil não se limita apenas à proibição de entrada nos demais países, mas também na grande quantidade de terras não exploradas. Além dos cafezais em São Paulo, a região amazônica foi de grande interesse japonês, chegando a haver pedidos do Consulado Japonês para comprar terras e vendê-las aos imigrantes (SAKURAI, 1998). No ano de 1928 companhias japonesas compraram aproximadamente 1 milhão de hectares e no ano seguinte foram enviadas 43 famílias para o Pará com o intuito de formar uma colônia produtora de cacau. Em 1931 é formada outra colônia em Maués com o intuito de cultivar juta (SAKURAI, 2008).

Um fator importante para o segundo fluxo imigratório ter se tornado o maior dos três foi a propaganda das companhias de emigração, que em 1917 são todas fundidas na Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, a K.K.K.K. Essa é uma empresa estatal comandada diretamente pelo governo japonês. O objetivo dessa empresa, para além de auxiliar a imigração dos japoneses era também de se inserir no Brasil como empresa, para assim poder implementar a criação de colônias sob sua supervisão (SAKURAI, 1998).

Devido a intensificação da política de colonização e a formação de mais empresas colonizadoras é fundada em 1928 a Bratac – Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. Os japoneses que decidem se estabelecer nessas colônias chegam como

proprietários e formação em cursos preparatórios para formação de emigrantes. Em 1929 é criado o Ministério da colonização, que tem como finalidade a centralização das ações no setor.

A divergência entre os objetivos do governo japonês e dos imigrantes começa a ficar cada vez mais nítida, devido principalmente a busca do imigrante de enriquecimento rápido para poder retornar ao país, e a do governo japonês que busca a fixação desses imigrantes na colônia. As empresas colonizadoras ao invés de construir as associações, escolas e bancos dentro dessas colônias, muda de estratégia e começa a enviar técnicos por meio do Consulado de São Paulo para auxiliar e instruir os imigrantes. Desta forma, os mesmos começam a investir os próprios fundos em negócios, orientados por técnicos. Essas oportunidades de ascensão econômica e social dos imigrantes fazem com que mudem a forma de encarar a estadia no Brasil, tornando a ideia de se fixar muito mais vantajosa.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o modelo de imigração tutelada se desmantela. As relações diplomáticas entre os dois países são cortadas, e sua representação é retirada do país. O período de guerra é sofrido dentro das colônias, são impostas várias restrições à italianos, japoneses e alemães (SAKURAI, 1998). No ano de 1938 são intensificadas as repressões nas colônias japonesas. Com relação ao expansionismo imperial japonês, as colônias eram vistas também como uma forma dessa expansão (ABRANCHES, 2019). Em decorrência do início da Segunda Guerra Mundial algumas medidas foram impostas contra imigrantes de nacionalidades que eram vistas como inimigas, dentre elas ficou proibido a circulação de jornais e rádio em idioma estrangeiro, falar idioma estrangeiro em locais públicos assim como músicas de seus países de origem, mudar de residência sem aviso ao governo brasileiro, fazer reuniões, conversar sobre a situação internacional em público entre outras medidas (ABRANCHES, 2019).

2.2.4 Terceiro fluxo imigratório

Com o fim da guerra o Japão se encontrava devastado e sofrendo de um problema populacional novamente, o que o fez adotar uma política de imigração parecida com a anterior à guerra. Muitos dos imigrantes eram da região de Okinawa e o governo dos Estados Unidos também encorajou essa política de emigração para ter espaço para construir bases militares no Japão (BJORKLUND, 2007). Também

com o fim da Segunda Guerra Mundial foi retomada a imigração de japoneses no Estado de São Paulo.

Ao longo da década de 1950, houve a retomada da corrente imigratória japonesa, estimulada através de um programa de acolhimento de refugiados de guerra, estipulado pela ONU e, já no ano de 1951, foram restabelecidas as relações diplomáticas entre Brasil e Japão. (BONATTI, 2020, p. 38)

No período do pós-guerra o governo japonês entendia a emigração assim como nos períodos anteriores como uma ferramenta para o gerenciamento da reestruturação econômica, dessa forma a emigração era vista como uma medida para aliviar o alto índice de desemprego no país. Este terceiro e grande último fluxo migratório de japoneses ao Brasil foi caracterizado pela política do governo de Juscelino Kubitschek de desenvolver o país. Dessa forma, grandes contingentes de imigrantes japoneses foram direcionados para as regiões centro-oeste e norte do Brasil com o intuito de explorá-las e às povoar (BONATTI, 2020). Outra parcela considerável dos imigrantes japoneses que chegaram no Brasil no período pós-segunda guerra Mundial foram direcionados para o setor agrícola.

Estes fluxos do pós-guerra eram formados em grande parte por jovens solteiros, majoritariamente do sexo masculino, com média de idade de 25 anos, e que possuíam qualificação profissional (Sakurai, 2007). Foram as redes estabelecidas anteriormente, somadas às dificuldades para obtenção de empregos no país devastado pela guerra, que estimularam esse novo fluxo migratório. Outro grande diferencial deste grupo em relação aos anteriores era a disposição de permanecer no Brasil, diferentemente do propósito de acumular riquezas e retornar ao país de origem, que havia caracterizado os fluxos pré-guerra. (BONATTI, 2020, p.40-41)

Segundo BONATTI (2020) este terceiro fluxo migratório apresentava o maior número de migrantes com nível educacional mais elevado, sendo qualificados para trabalhar nas indústrias e também no setor agrícola, formados por famílias menores devido a uma maior flexibilização do governo brasileiro. Estes imigrantes de maior qualificação vieram com subsídio do governo japonês e chegavam com contratos estabelecidos em grande parte das vezes com fazendas e empresas de japoneses já estabelecidos no Brasil. “Nos anos 1960, o Japão começou a prosperar e diminuiu o fluxo migratório ao Brasil a partir desse período. Em 1973, encerrou-se o programa de emigração.” (SASAKI, 2006, p. 104).

3 A MIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, OS CONFLITOS DE RAÇA E A HERANÇA CULTURAL

Neste capítulo será buscado a reflexão sobre as influências que a imigração japonesa teve na identidade brasileira, demonstrando os conflitos raciais que envolveram os imigrantes japoneses que se estabeleceram no Brasil, as heranças culturais que esses imigrantes deixaram e também o fluxo de migração de retorno dos descendentes ao Japão.

A migração de japoneses para o Brasil não foi a primeira nem a mais desejada das opções. Devido a diferenças fenotípicas, culturais, religiosas e linguísticas. Houve muita resistência por parte do governo brasileiro em aceita-los. À medida que a escravização de negros ia diminuindo no Brasil e com sua eventual extinção, o país passava por uma falta de mão de obra nas lavouras, e pela necessidade cogitou-se a imigração para substituir a mão de obra outrora escravizada. Outro motivo do governo brasileiro para a busca de imigrantes era a necessidade de preencher locais com baixa ou nenhuma população, ou regiões que eram historicamente terras com presença indígena, que para o governo brasileiro do período, também era considerado como terras não ocupadas. Como o intuito do governo era de reabastecer as lavouras de mão de obra imigrante, havia a predileção por um tipo específico, que tinha como principais características serem agricultores ou que viessem de países com histórico agrícola, brancos e que viessem com família. Durante o século XIX foi desenvolvida a ideia da superioridade branca como fundamentação da colonização de cunho civilizatório, moldada em pequenos núcleos familiares em contraposição ao modelo escravista de grande escala (SEYFERTH, 2002).

Os imigrantes japoneses, apesar de serem considerados excelentes opções de trabalhadores para as lavouras por terem grande conhecimento agrícola, suas características fenotípicas em comparação com as encontradas no Brasil do período foi um empecilho na aceitação por parte do governo brasileiro. A questão da integração dos imigrantes era muito importante para o governo brasileiro, outro motivo que o fez optar pelos países europeus, que em sua maioria compartilhavam de costumes em comum devido principalmente a suas tradições cristãs (SEYFERTH, 2002). Além da proximidade religiosa dos imigrantes europeus, também havia maior compatibilidade cultural, linguística e uma maior chance de incorporação a população brasileira, dessa forma o governo brasileiro também tinha encontrado uma forma de

branqueamento populacional (SEYFERTH, 2002). A imigração japonesa se tornou apenas interessante, quando as outras opções mais preferíveis pelo governo brasileiro se tornaram escassas.

O Japão conseguia ofertar uma grande quantia populacional para imigrar, como uma de suas soluções para o problema populacional que estava passando. Além disso, também tinham vasto conhecimento agrícola e eram considerados de grande adaptabilidade climática (SEYFERTH, 2002). Mesmo com a aparente aceitação do governo brasileiro, imigrantes japoneses ainda eram recebidos com certo resguardo. Principalmente devido ao caráter imperialista que o Japão adotara. Com sua expansão sobre Coreia e China, causou desconfiança na imigração em grande escala para o Brasil, e a inquietação da opinião pública (TAKEUCHI, 2008).

TAKEUCHI (2008) vai afirmar que na primeira metade do século XX a aprovação da Lei de Origem Nacional que impossibilitava a entrada de japoneses nos Estados Unidos, assim como o corte dos subsídios do governo de São Paulo aos imigrantes japoneses foram motivados pelo temor ao imperialismo japonês. As colônias japonesas no Brasil seriam caracterizadas como "quistos raciais", locais onde ainda era conservados a cultura japonesa e também as aspirações imperialistas japonesas.

TAKEUCHI (2008) vai dizer que na década de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas os preconceitos e a xenofobia voltada aos imigrantes japoneses vão se acentuar com inclusive medidas governamentais. Dessa forma no ano de 1933 são apresentadas emendas que buscam deter a imigração japonesa para o Brasil.

Com o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, e a ditadura varguista instaurada nos moldes dos fascismos europeus, o Estado promoveu novas ofensivas contra as comunidades imigrantes, principalmente a alemã e a japonesa, consideradas paradigmas do enquistamento étnico. A homogeneidade étnica e cultural foi encarada, do ponto de vista oficial, como fundamental para o progresso da Nação. (TAKEUCHI, 2008, p. 6)

Com o início da segunda guerra Mundial as relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão foram cessadas. Os imigrantes japoneses no Brasil assim como seus descendente que anteriormente já eram vigiados e reprimidos foram ainda mais pressionados com o advento da guerra. O exército e a polícia política foram mobilizados para controlar os núcleos coloniais japoneses. Foram instituídos a necessidade de permissão para a circulação e também para a residência, também foram proibidos o funcionamento de escolas, jornais e associações das comunidades

japonesas com a justificativa de serem usados como espaços de conspiração política (TAKEUCHI, 2006).

os cidadãos japoneses passaram a sofrer uma repressão sistemática, que atingia diretamente seus negócios. Através do Decreto-lei nº 3911, de 12 de dezembro de 1941, ficou estabelecido que as transações financeiras de empresas dirigidas por japoneses, italianos e alemães só poderiam ser realizadas mediante a autorização prévia do Banco do Brasil. Em fevereiro de 1942, os bens dos cidadãos do Eixo foram congelados para efeito de indenizações. O Decreto-lei nº 4166, de 11 de março de 1942, previa o ressarcimento por danos de guerra, ou seja, os bens dos súditos do Eixo, pessoas física e jurídica, passavam a responder por prejuízos sofridos pelo Brasil em caso de ataques praticados por seus países. Como garantia para o pagamento, instituiu-se que um percentual de todas as contas bancárias superiores a dois contos de réis, cujos titulares fossem dessas nacionalidades, deveriam ser transferidos para o Banco do Brasil. (TAKEUCHI, 2008, p. 9)

Durante o período de repressão também foram instaurados campos de concentração para os “súditos do eixo”, buscando isolar e impedir o convívio social e circulação. Nesses recintos, estavam contidos em sua maioria imigrantes alemães e japoneses que foram acusados de atividades de espionagem. Entre os anos de 1942 e 1945 foram criados 12 campos de concentração no Brasil para retirar os indesejáveis da sociedade brasileira, havendo indícios de que existiam mais campos de concentração não registrados em listagens oficiais (COVOLAN, 2019).

Os imigrantes japoneses assim como seus descendentes somente teriam normalizado as suas vidas na década de 1950. O processo de integração cultural desses japoneses na sociedade brasileira foi retardado pelas políticas xenofóbicas e traumáticas da Segunda Guerra Mundial (TAKEUCHI, 2006).

4.1 A HERANÇA CULTURAL JAPONESA NO BRASIL

Segundo SASAKI (2006), conforme os japoneses foram se estabelecendo dentro da sociedade brasileira, principalmente no período do pós-guerra foram criadas

[...] inúmeras entidades associativas: culturais, religiosas, esportivas, recreativas, agrícolas, por região de origem (províncias no Japão), por atividades ocupacionais etc., além da visibilidade nipônica nas comemorações decenais da imigração japonesa. A participação do governo japonês promovendo a imigração ao Brasil, em todos os aspectos, contribuiu para que os japoneses fossem fortemente associados às atividades agrícolas, representadas, por exemplo, pela Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC – atualmente falida) e a alguns setores da indústria – como de sericicultura (criação de bicho-da-

seda), algodão, siderúrgica e outros (Saito, 1980; CEHOAIJB, 1992). (SASAKI, 2006, p. 104)

Os núcleos coloniais estabelecidos pelos japoneses foram divididos geograficamente e de forma mais expressiva entre os Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, sendo este último o que recebeu maior número de imigrantes japoneses.

O desenvolvimento do judô no Brasil também teve influência direta dos imigrantes japoneses que chegaram ao país na primeira década do século XX. Essa prática, no entanto, era associada a aspectos de lazer e cultura, e não de uma modalidade esportiva competitiva (NUNES e RUBIO, 2012).

O governo brasileiro também buscou incentivar o estabelecimento de empresas estrangeiras, dessa forma conforme os imigrantes japoneses começaram a se estabelecer definitivamente no Brasil também houve incentivos para a vinda de empresas japonesas. DAIGO (2008) aponta que no período anterior à Segunda Guerra Mundial já havia empresas japonesas com interesse no Brasil como por exemplo a empresa Kanebo, uma das maiores empresas do ramo têxtil no Japão do período, que tinha interesse no algodão brasileiro.

Os pioneiros da vinda de empresas japonesas para o Brasil no período pós-guerra foram as trading companies, seguidas por empresas de grande porte, como Estaleiros Ishikawajima e a joint venture USIMINAS. Foram constituídas, depois, as fábricas de artigos elétricos e têxteis para produção local e suas subsidiárias. Estes foram os acontecimentos das décadas de 50 e 60 do século XX, que antecederam a década de 70, considerada o período do boom do Brasil no Japão. (DAIGO, 2008, p. 73)

A partir dos anos 80 as colônias japonesas começam a mudar suas características devido principalmente a mudança de gerações dos imigrantes (isseis) para os descendentes de segunda (nisseis) e terceira (sanseis) geração que nasceram no Brasil (DAIGO, 2008).

O Brasil foi um país que recebeu imigrantes de diversas etnias que contribuíram nos mais distintos setores do país, entre os imigrantes japoneses, a maior contribuição feita para o Brasil foi no setor da agricultura, onde foram introduzidas novas espécies e também o sistema de agricultura intensiva (DAIGO, 2008).

De acordo com DAIGO (2008), os imigrantes japoneses trouxeram mais de 30 espécies para o Brasil com o intuito de plantar apenas para o próprio consumo, conforme a interação com a população brasileira foi ocorrendo, também começaram

a se difundir entre os brasileiros o apreço pelos legumes e verduras japoneses. Entre esses produtos trazidos pelos japoneses estava o pepino fino, que em contraposição aos pepinos que eram produzidos no Brasil, eram mais macios.

Quanto à agricultura intensiva, o sistema era desconhecido no Brasil, onde a agricultura era praticada em locais extensos [...]. Por outro lado, para os japoneses que aqui chegaram, a prática da agricultura intensiva em espaços limitados era tradicional e absolutamente normal. Dedicar-se aos hortifrutigranjeiros nos cinturões verdes das grandes cidades era uma prática que lhes era familiar, e não houve nenhuma resistência neste sentido. Consequentemente, o resultado foi o aprimoramento qualitativo [...]. (DAIGO, 2008, p. 80-83)

4.2 A INVERSÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO ENTRE BRASIL E JAPÃO

Não há uma data ou ano específico que marca o início da imigração reversa de nipo brasileiros para o Japão, entretanto durante o início da década de 80, houve um aumento expressivo. Para se referir a esse fenômeno, o termo “U-Turn Guinsoo” foi criado e utilizado, significando uma virada do fluxo para o lado oposto (ISHI, 2010).

Durante a década de 80 o Brasil passava por um período de alta inflação e incerteza econômica. No mesmo período a economia japonesa estava em crescimento, no entanto apresentava um envelhecimento crescente da população assim como um desinteresse dos jovens por trabalhos perigosos, pesados ou ditos “sujos”. Esse processo de inversão migratória

[...] se tornou parte do movimento de globalização, com a incorporação de fluxos internacionais de mão-de-obra aos crescentes fluxos de bens, serviços e capitais a nível mundial e, no caso do “fenômeno de kassegui”, obviamente fruto da posição do Japão entre as potências industrializadas. Em princípio, couberam aos de kasseguis os trabalhos de baixa qualidade, rejeitados pelos japoneses e por eles denominados de “3K”: kitanai (sujo), kiken (perigoso) e kitsui (penoso). (BELTRÃO e SUGAHARA, 2006, p. 62)

A necessidade por mão de obra não especializada no Japão contribuiu para desenhar a imagem de enriquecimento e sucesso econômico que atraiu os *isseis* e *nisseis* para retornar ao país de seus ancestrais. O que levou ao fenômeno de descendentes nipônicos migrarem para o Japão com a intenção de trabalhar. Entretanto, levaria um tempo até que essa leva migratória passasse a ser expressiva (ISHI, 2010). A

Apesar da necessidade por mão de obra, a migração de *nikkeijin* (descendentes de imigrantes japoneses) para o Japão foi difícil e restrita até a década de 90. Principalmente por apenas aceitar *nikkeijin*, oriundos do Brasil e Peru e desde que ainda preservassem a nacionalidade japonesa assim como o passaporte japonês.

Com o rompimento de relações entre Brasil e Japão durante a Segunda Guerra Mundial, houve interrupção de *nikkeijin* nascidos no Brasil que adquiriram a nacionalidade japonesa nesse período, diminuindo o número de adultos considerados adequados para imigrar ao Japão nas décadas posteriores. Apenas descendentes de japoneses *nikkeis* com nacionalidade japonesa e passaporte japonês, podiam solicitar o visto para poder trabalhar no Japão.

No ano de 1990, com a mudança das leis japonesas para refugiados, a permissão para trabalhar no Japão se tornou menos rígida (LASK, 2000). Permissões de residência de até três anos passaram a ser permitidas com a possibilidade de serem renovadas, criando assim, os que viriam a ser conhecidos como *Dakassegui*, trabalhadores imigrantes que passaram a trabalhar por um tempo determinado no Japão.

Para o governo japonês, era preferível a escolha de imigrantes *nikkeijins* pois, por terem um fenótipo similar e uma herança cultural próxima, tornava-os mais agradáveis aos olhos dos japoneses (TASHIMA; TORRES, 2016). Outro motivo, por não considerar *nikkeijins* como estrangeiros, eram os censos que apontavam a menor porcentagem de estrangeiros em território japonês, o que mascarava e permitia a sensação de homogeneidade racial (LASK, 2000).

Dekasseguis, ou *Dacasséguis* como viriam a se denominar, *nikkeijins* nipo brasileiros, que periodicamente migravam para o Japão para trabalhar. Inicialmente, buscavam os trabalhos sujos, perigosos e pesados, muitos em fábricas. Trabalhos esses que a população japonesa envelhecida e a juventude não buscavam inserir-se por serem considerados desagradáveis.

Após a virada do milênio, houve uma mudança no modo de agir e pensar dos *Decasséguis*, as idas e vindas passaram a se tornar mais escassas, com usos de vistos de trabalho mais longos e vistos residenciais, eventualmente eles passaram a solicitar vistos permanentes, encerrando idas e vindas para se estabelecer no Japão.

Os brasileiros representam no Japão o terceiro grupo mais numeroso de migrantes, sendo somente superado pelos chineses e coreanos. Também é importante ressaltar a quantidade de remessas enviadas para a América Latina pelos *dekasseguis* a suas famílias, sendo consideravelmente superiores em comparação a outros migrantes laborais. Segundo (BELTRÃO e SUGAHARA, 2006, p. 63) “os *dekasseguis* enviam, em média, US\$ 600 por mês para as suas famílias, valor bem superior aos US\$ 350 por ano enviados pelos imigrantes latinos dos EUA para seus

parentes na América Latina.”

Tabela 3 – Maiores contingentes de estrangeiros residentes no Japão, por sexo, segundo país de origem de 1995 – 2000

| País de origem | 1995 | | | 2000 | | |
|----------------|---------|---------|----------|---------|---------|----------|
| | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| Coréia | 560.414 | 271.529 | 288.885 | 529.408 | 249.045 | 280.363 |
| China | 175.450 | 84.040 | 91.600 | 253.096 | 110.541 | 142.555 |
| Brasil | 133.609 | 75.758 | 57.851 | 188.355 | 103.246 | 85.109 |
| Filipinas | 68.496 | 14.049 | 54.447 | 93.662 | 16.555 | 77.107 |
| EUA | 38.954 | 23.516 | 15.438 | 38.804 | 24.096 | 14.708 |
| Peru | 27.112 | 15.661 | 11.451 | 33.608 | 18.295 | 15.313 |
| Tailândia | 20.628 | 7.621 | 13.007 | 23.967 | 6.504 | 17.463 |

Fonte: BELTRÃO e SUGAHARA, 2006, p. 64

Os imigrantes brasileiros que decidem ir para o Japão sofrem para se estabelecer principalmente devido a fatores linguísticos e culturais, ainda que muitos apresentem fenótipos semelhantes a japoneses nativos, os comportamentos são distintos.

Há um distanciamento nas relações com parentes japoneses: a maioria não estabelece contato com os parentes nativos, sendo maior o contato com japoneses não parentes. Por outro lado, alguns fatores, embora estreitamente ligados com o excesso de trabalho, indicam um desinteresse pela cultura japonesa: mais de 3/4 dos dekasseguis entrevistados declararam nunca ter ido a um museu no Japão e mais de 2/3 afirmaram que nunca foram a um teatro/cinema. Uma proporção ainda maior declarou não frequentar nenhum curso de japonês, mesmo mencionando ser a língua um problema. (BELTRÃO e SUGAHARA, 2006, p. 83)

BELTRÃO e SUGAHARA (2006) ainda aponta que esses conflitos adaptativos não são exclusivos para os brasileiros que foram ao Japão, e que o mesmo ocorreu com os japoneses que migraram para o Brasil no começo do século XX. Seguindo esta mesma linha de fatores semelhantes entre fluxos migratórios, o principal fator que levou os brasileiros a migrar para o Japão, foi a melhoria de vida, principalmente relacionada a questões econômicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de isolacionismo do xogunato Tokugawa fez com que o Japão ficasse quase que totalmente desinformado dos avanços tecnológicos que ocorriam no restante do mundo com uma única exceção que era o contato com os Países Baixos. Esse posicionamento no cenário internacional fez com o Japão se torna-se atrasado tecnologicamente em relação aos outros países que buscavam ter relações mais abertas com os demais países. Esse atraso fez com que o país adentrasse ao comércio internacional de forma desfavorável e forçada, custando-lhe assumir uma postura de submissão e humilhação no cenário internacional.

O início da restauração Meiji foi o processo de modernização caracterizado pelo enriquecimento da nação e o fortalecimento dos setores militares. Esse processo de rápida modernização com enfoque no fortalecimento militar levou o país a crises socioeconômicas que causaram as grandes migrações japonesas. Diferentemente das imigrações em outros países, a migração japonesa se caracterizou em grande parte pelos trabalhadores temporários e o envolvimento direto do governo japonês na negociação com outros países.

Os processos migratórios japoneses também foram se modificando conforme foram se adaptando a cada um dos países. No caso do Brasil em específico houve a adaptação dos migrantes com intuito de permanecer no país e também de promover o desenvolvimento do mesmo. O período da Segunda Guerra Mundial levou o Brasil a se posicionar em contraposição ao Japão, o que levou os imigrantes japoneses estabelecidos no Brasil a passarem por discriminações e xenofobia, tanto por parte do Estado brasileiro, assim como de sua população. Posteriormente os eventos que levaram os japoneses a se estabelecerem no país fizeram com que os seus descendentes buscassem um retorno para o país de seus ancestrais em busca de melhores condições laborais e de vida, e assim como eles, com o objetivo inicial de se estabelecer por um período para adquirir algum capital e retornar, mas que posteriormente muda para o estabelecimento permanente.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Rodrigo Ishihara. **Shindo Renmei entre duas narrativas: releituras da organização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoe. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, p. 61-85, 2006.
- BJORKLUND, Krister. **Migration in the interest of the nation: population movements to and from Japan since the Meiji era**. Siirtolaisuusinstituutti, Web Reports, n. 25, 2007.
- BONATTI, Thiago Fernando. **Entre famílias e enxadas: os três principais fluxos migratórios dos japoneses para o Brasil (1908-1958) e suas diferentes características demográficas**. Revista de Demografia Histórica-Journal of Iberoamerican Population Studies, v. 38, n. 2, p. 35-55, 2020.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. **Macau e o Brasil um diálogo antigo a ser aprofundado**. Revista de Cultura. Edição em Português. n. 22. Macau: Instituto Cultural de Macau, Jan/mar, 1995. p. 51-8.
- COVOLAN, Fernanda Cristina; ALMEIDA, Melissa Pinheiro. Repúdio aos “súditos do eixo”: legalização dos campos de concentração na Era Vargas. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, v. 17, n. 25, p. 13-36, 2019.
- DAIGO, Masao. **Pequena história da imigração japonesa no Brasil**. Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Tradução: Masato Ninomiya, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e terra, 1990.
- ICHIHASHI, Yamato. **International Migration of the Japanese**. In: International Migrations, Volume II: Interpretations. NBER, 1931. p. 617-636.
- ISHI, Angelo. **Reflexões sobre os 20 anos do movimento “dekassegui” –a perspectiva de um brasileiro radicado no Japão**. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Fundação Alexandre de Gusmão. Seminário, v. 20, p. 11-20, 2010.
- JANSEN, Marius B. **The Making of Modern Japan**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- KEENE, Donald. **Emperor of Japan: Meiji and his world, 1852–1912**. Columbia University Press, 2005.
- KIKUCHI, Wataru. **Relações Hierárquicas do Japão Contemporâneo: um estudo da consciência de hierarquia na sociedade japonesa**. 2012. Tese de Doutorado.

Universidade de São Paulo.

KODAMA, Kaori e SAKURAI, Célia (2008): “**Episódios da imigração: um balanço de 100 anos**”, em **IBGE, Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**, Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, IBGE.

LASK, Tomke. **Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade**. Horizontes Antropológicos, v. 6, n. 14, p. 71-92, 2000.

NUNES, Alexandre Velly; RUBIO, Kátia. As origens do judô brasileiro: a árvore genealógica dos medalhistas olímpicos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, p. 667-678, 2012.

O, Hosok. **Cultural analysis of the early japanese immigration to the United States during Meiji to Taisho era (1868-1926)**. Oklahoma State University, 2010.

OLIVEIRA, Gabriella. **O expansionismo japonês: do isolamento à potência (1854-1912)**. Universidade de Brasília, 2018.

REIS, Laís. **A hegemonia do “outro”, ocidente e imperialismo: a mudança de identidade japonesa na era meiji (1868-1912)**. Centro Universitário de Brasília, 2015.

RIBEIRO, Jaqueline de Sá. **As transformações sociopolíticas e culturais no Japão da Era Meiji (1868-1912) a partir das Cartas do Japão, de Wenceslau de Moraes**. 2017. 164f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SAKURAI, Célia. **Imigração japonesa para o Brasil**. Um exemplo de imigração tutelada- 1908- 1941. Em: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Outubro 1998 Caxambu-MG

SAKURAI, Célia et al. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil**. 2000.

SAKURAI, Célia. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Ibge, 2008.

SASAKI, Elisa. **A imigração para o Japão**. Estudos avançados, v. 20, p. 99-117, 2006.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista usp, n. 53, p. 117-149, 2002.

SOARES FILHO, Paulo José. **Política Imigratória Tutelada Japonesa: Uma política do Estado Japonês**. 2009. XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, Brasil

SUMIKAWA, Shunsuke. **The Meiji Restoration: Roots of Modern Japan**. Asia 163, Work Paper, p. 1-18, 1999.

- SUZUKI, Teiiti. **The Japanese Immigrant in Brazil**. University of Tokyo Press, 1964.
- SUZUKI, Teiiti. **The Japanese Immigrant in Brazil – Narrative Part**. University of Tokyo Press, 1969.
- TAKANO, Yayori. **Foreign Influence and the Transformation of Early Modern Japan**. In: Emory Endeavours Journal, v.3. Georgia: Emory University, 2003, p. 82-93.
- TAKEUCHI, Márcia Yumi. **A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924). Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante**. Storicamente, v. 4, p. 1897-1945, 2008.
- TASHIMA, Jesselyn Nayara; TORRES, Cláudio Vaz. **A emigração brasileira para o Japão: passado, presente e futuro**. CADERNOS OBMIGRA-REVISTA MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, v. 2, p. 58-91, 2016.
- WILSON, George M. **Plots and Motives in Japan's Meiji Restoration**. In: Comparative Studies in Society and History v.25, n.3. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 407-427.
- YAMAMURA, Roberto Jimmy Hideki. **O estabelecimento das relações Brasil-Japão no século XIX**. Textos de história, v. 4, n. 1, p. 125-148, 1996.
- YSHIDA, Kelly (2020). **Descrivendo o Japão, escrevendo o Brasil: Raça, trabalho e nação em três atos (1874; 1889; 1897)**. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de pós-graduação em história, Florianópolis, Brasil